

Oposição Oposição revela cisões internas revela cisões internas

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 19 página)
equidistância, pela es-
cassez de respaldo político,
o ministro Funaro e sua
equipe foram removidos do
poder.

Já os dois partidos que
aglutinam as correntes
majoritárias da esquerda —
o PDT e o PT — estão tri-
lhando um caminho dife-
rente, mais tortuoso.

O PDT, liderado pelo go-
vernador eleito do Rio,
Leonel Brizola (detém 52
cadeiras no plenário do
Congresso) iniciou uma
discussão interna sobre o
conteúdo das novas medi-
das, a partir da postura
adotada por um de seus de-
putados, César Maia — o
mesmo que em 1986 deu a
Brizola argumentos técni-
cos para questionar o Pla-
no Cruzado.

Maia, agora, está convic-
to da validade e do poten-
cial de eficiência do "pacote"
e, sobretudo, de seus ob-
jetivos político-económicos. Decidiu
defendê-lo abertamente.
Foi o primeiro e um dos ra-
ros oposicionistas, até o
momento, a assumir essa
condição, em público.

Corre um risco pessoal:
hoje, no Rio, o diretório na-
cional do PDT reúne-se pa-
ra "analisar" sua posição
(veja matéria na página 14)
e a tendência é de que
deve produzir uma dura
advertência ao deputado.
Na prática, Maia apenas
defende a tese de que o con-
junto de medidas, tem, na
essência, algo de coerência
com o programa de seu
partido.

A disposição do PDT no
Congresso é de "emendar o

pacote", segundo o deputado Vivaldo Barbosa, líder na Câmara. Ou seja, ele opera com a premissa de que haverá aprovação de pelo menos uma parte das medidas.

O partido de Brizola pre-
tende centralizar seu poder de fogo sobre o controle dos salários. "O aprofunda-
mento do arrocho salarial é marca principal das medi-
das", justifica a bancada
federal do PDT em uma nota
oficial recheada de adjetivos sobre o governo Collor ("autoritário", "arro-
gante", etc.).

Mas este não será o único
alvo: a bancada federal do
PDT pretende, também,
apresentar emendas com o
objetivo de "fortalecer o
mercado", conforme a nota
do partido. A premissa é
de que o congelamento de
preços não seria viável.

Significa, no mínimo,
uma importante mudança
de postura política de uma das
mais expressivas facções da esquerda brasileira,
pois até agora o PDT de Leonel Brizola era identifi-
cado — pelos adversários e
aliados — por suas rígidas
posições de defesa da inter-
venção do Estado na econo-
mia, na direção oposta à do
"fortalecimento do merca-
do".

Também complexa foi a
trilha escolhida pelo Partido
dos Trabalhadores (PT) para
definir sua posição sobre a nova política econô-
mica.

Há cisões internas: o de-
putado Paulo Delgado, por
exemplo, um dos 36 con-
gressistas do partido, con-
siderou precipitada a deci-
são da direção em impe-
trar, ontem, uma ação no



Paulo Delgado

Supremo Tribunal Federal (STF) argüindo a constitu-
cionalidade de um artigo
da Medida Provisória que
estabelece o controle dos
salários.

Esse artigo, no seu pará-
grafo único, diz: "Respeita-
tada a livre negociação, po-
derá haver, no mês de ja-
neiro de cada ano, um pro-
cesso de negociação para
determinar índices de ante-
cipação salarial para cada
uma das categorias profis-
sionais".

Sob inspiração do de-
putado Aloisio Mercadante, o
PT foi ao STF argumentan-
do que esse artigo fere o
princípio da livre negocia-
ção de salários, assegurado
na Constituição, a o
restringi-lo — na interpre-
tação do partido — ao mês
de janeiro.

Ou seja, o PT optou por
defender a livre negocia-
ção salarial, como resulta-
do da primeira abordagem
crítica do "pacote" do go-
verno Collor.

É uma posição diferente
da assumida há poucos me-
ses, quando o governo pro-

pôs o regime de livre nego-
ciação salarial. O PT, en-
tão, postou-se contra, sob o
argumento de que numa
conjuntura de inflação as-
cendente os mais preju-
dicados seriam os trabalha-
dores com menores níveis
de remuneração e de orga-
nização sindical.

"Livre negociação é o
melhor caminho para a es-
tabilidade de preços", dizia
ontem o deputado Aloisio
Mercadante ao repórter
Carlos Raíces, ao justificar
a ação no STF, combinada
com pedido de liminar.

Já o deputado Paulo Del-
gado ponderava, com ironia:
"Não podemos fazer
uma análise e tomar deci-
sões precipitadas. Há coi-
sas muito boas no 'pacote'
e vou batalhar internamen-
te pela aprovação. É até
uma questão de lógica: se o
Roberto Campos e o Delfim
Netto estão contra tudo, é
porque ali tem algo de mui-
to bom, certamente".

No PSDB, com 40 cadei-
ras no plenário do Congres-
so, o quadro é bastante dis-
tinto. Há uma nítida ten-
dência à aprovação das
medidas, no conjunto, mas
seus líderes, o deputado Jo-
sé Serra e o senador Fer-
nando Henrique Cardoso,
mostram-se comedidos nas
manifestações, assim co-
mo o senador Mário Covas.

Dois dos integrantes do
partido, com razoável nível
de influência nas bancadas
de seus estados — o go-
vernador eleito do Ceará, Ciro
Gomes, e o prefeito de Ma-
naus, Arthur Virgílio —,
decidiram, porém, sair na
frente dos parlamentares:
produziram extensas notas
de elogios ao "pacote" no
último final de semana.

por José Casado

de Brasília

O Congresso Nacional co-
meça a examinar hoje, às
18h30, o mais recente "pacote"
econômico do governo
Fernando Collor de Mello.

Os 584 congressistas reali-
zam a primeira sessão (ex-
traordinária) dessa nova le-
gislatura sob a pressão de
uma circunstância política
nova.

É que os partidos de oposi-
ção estão divididos em rela-
ção ao conjunto de medidas
governamentais — ao con-
trário do que ocorreu nos
cinco planos de estabilização
da inflação, editados a partir
de 1986.

Os quatro maiores parti-
dos oposicionistas (PMDB,
PDT, PSDB e PT), que so-
mam 268 votos no plenário,
não apenas estão discutindo
o "pacote" sob perspectivas
diferentes e contraditórias
como também estão convi-
vendo com cisões internas,
produto de debate sobre a
postura política a ser adota-
da.

O PMDB, por exemplo,
considera que a essência
dessas novas medidas é a
mesma do Plano Cruzado,
feito pelo falecido ministro
da Fazenda, Dílson Funaro,
no governo José Sarney. E
está inclinando-se ao apoio.

"Não sei se existe intenção
política (do governo) de
atrair a oposição", argumen-
tou o deputado Genivaldo
Correia, líder do partido
na Câmara, em conversa
com o editor Marcos Maga-
lhães, acrescentando: "Mas
o PMDB não deixara de
aprovar medidas que são re-
clamadas pelo partido só
porque foram editadas pelo
governo".

Até agora, e a facção poli-
tica que melhor estruturou o
debate interno sobre a nova
política econômica (veja
matéria na página 14), pro-
gramando para esta semana
uma sucessão de reuniões
com representantes do go-
verno, sindicalistas, empre-
sários e economistas.

O curioso é que em 1986,
na época do cruzado, o
PMDB agiu de maneira dife-
rente: não deu apoio ostensi-
vo ao plano, manten-
do-se em cautelosa